

## Editorial

### **Paralisação dia 05 de julho é fundamental para o movimento dos SPF's e para construir a greve**

A conjuntura nos mostra novamente que a mobilização sempre será nossa alternativa, basta analisar o cenário, que é o pior possível para os servidores públicos federais. O que não é uma novidade para quem já conhece os tradicionais ataques dos governos à nossa categoria. No entanto, nossa mobilização é fundamental para buscar o respeito que merecemos.

O governo demorou quatro meses para receber os SPF's pela primeira vez, e o início das “negociações” aconteceu após marcharmos à Brasília, duas vezes, em defesa dos nossos direitos. Desde então, no dia 13 de abril, o governo estabeleceu uma agenda de reuniões para receber as reivindicações da categoria, tanto o movimento unificado como as entidades em separado. Passados três meses e várias horas de reunião, o governo continua sem atender às reivindicações dos SPF's.

Durante a reunião setorial do SINASEFE com o Ministério do Planejamento, no dia 28 de junho, a postura não foi diferente. O governo não se mostra aberto a atender nossas reivindicações. Pior ainda, na fala do secretário Duvanier, podemos perceber que muitas negativas ainda estão por vir e que os ataques aos nossos direitos estão apenas no começo. A falta de disposição para uma verdadeira negociação é nítida. Poderemos comprovar isso na próxima reunião do SINASEFE com o MPOG, marcada para o dia 13 de julho, três dias antes de nossa 101ª PLENA.

Na terceira marcha à Brasília, realizada em 16 de junho, e durante nossas paralisações ao longo desse mês, deixamos claro que estamos cansados de ataques aos nossos direitos e exigimos respeito às nossas reivindicações. Estabelecemos o dia 05 de julho, data da próxima reunião das entidades da campanha salarial unificada com o Ministério do Planejamento, como data limite para que o governo apresente uma resposta satisfatória às reivindicações da categoria.

Nossas reivindicações ultrapassam a esfera de um simples aumento salarial e abrangem a valorização dos servidores como uma condição para um serviço público de qualidade. Não podemos aceitar que as autoridades aumentem seus salários em mais de 100%, e na hora de apresentar uma proposta decente aos servidores venham com o velho argumento de que não têm verba.

Somos nós, servidores e servidoras, que enfrentamos uma inflação absurda e continuamos a receber o mesmo salário de anos atrás. Somos nós, docentes e técnicos/as administrativos/as, que enfrentamos diariamente a falta de estrutura para trabalhar, o desrespeito dos dirigentes aos nossos direitos garantidos por lei, a sobrecarga de trabalho e a precarização das funções, dentre outras inúmeras provas de que nosso trabalho não é valorizado.

Nosso caminho é a mobilização, devemos paralisar nossas atividades no dia 5 de julho, fortalecendo o movimento unificado dos Servidores Públicos Federais, e mostrar ao governo que nossa categoria exige respostas às nossas reivindicações. Além de preparar nossa greve para o mês de agosto, mobilizando cada servidor para defender nossos direitos conquistados sob muita luta durante os últimos anos.

## SINASEFE apresenta pauta de reivindicações no MEC e MPOG



No último dia 28 de junho, terça-feira, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), apresentou detalhadamente sua pauta de reivindicações - aprovada na 99ª PLENA - ao governo. A pauta já havia sido protocolada no MEC e no MPOG no dia 17 de maio de 2011, e somente agora, mais de um mês depois, representantes de ambos ministérios receberam a entidade para debater o documento.

O SINASEFE foi representado pelos coordenadores gerais Ney Robson e Sílvio Rotter; pela comissão de negociação da DN, com diretores/as dos três coletivos (conforme deliberado na 100ª PLENA): Carmem Weneck, Tânia Guerra e William Carvalho; e por três membros da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNS): Tonny Medeiros e Josemar Clemente e Volmir Marcos Lima.

No Ministério da Educação a reunião foi com os representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Aléssio Trindade e Amaro Falquer, que afirmaram não ter conhecimento prévio da pauta da entidade. O representantes do SINASEFE fizeram o detalhamento da pauta, destacando ainda que o acordo de 2008 não foi cumprido no que diz respeito à instalação de um GT, com a participação das entidades representativas dos/as trabalhadores/as, que debatesse as questões da carreira Docente e propusesse a regulamentação do artigo 120 da Lei 11.784/2008. Foi colocada a necessidade de que seja formalizada uma resposta à pauta apresentada antes da 101ª PLENA.

A reunião no Ministério do Planejamento foi com o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva, e sua assessoria. Assim como na manhã, os/as representantes apresentaram os nove pontos da pauta e o secretário já se manifestou negativamente em algumas questões, como no caso do auxílio-transporte e da jornada de 30 horas semanais. Diante das negativas, os representantes destacaram que os direitos dos/as trabalhadores/as devem ser respeitados, assim como a legislação em vigor.

Outro ponto polêmico na reunião com Duvanier foi a proibição da participação da FASUBRA na reunião, mesmo na condição de ouvinte. O secretário foi taxativo ao dizer que a decisão do governo é de não receber a FASUBRA enquanto a entidade estiver em greve. Os representantes do SINASEFE manifestaram contrariedade ao entendimento do secretário e disseram que este é um posicionamento

inadmissível em um processo negocial, afirmando ainda que a greve faz parte de um processo de interlocução entre patrão e empregado e que o fato de uma entidade estar em greve não pode ser utilizado para inviabilizar a manutenção do diálogo.

Também nessa reunião, o SINASEFE solicitou que seja apresentada uma resposta formal/oficial do Ministério do Planejamento à pauta de reivindicações, agora apresentada e detalhada, inclusive reivindicando que essa resposta seja dada com celeridade. Foi colocada a necessidade de que a próxima reunião seja realizada antes da 101ª PLENA do SINASEFE (16/07/2011), o secretário consultou sua agenda e marcou a próxima audiência para o dia 13 de julho de 2011, às 17h.

[Leia o relatório completo das reuniões no site do SINASEFE](#)

## **Relator propõe aprovação de PL da previdência complementar**

O relator do PL 1992/2007, que cria a previdência complementar dos servidores, deputado Sílvio Costa (PTB-PE), apresentou, na segunda-feira (27), seu relatório com voto favorável à aprovação da proposta na forma de um novo texto (substitutivo). O projeto está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, e agora, com a apresentação do substitutivo, poderá receber emendas no prazo de cinco sessões ordinárias, contadas do dia 29 de junho.

A análise deste projeto, feita por entidades representativas dos servidores durante uma oficina promovida pelo MPOG, no último dia 21 de junho, é de que a proposta prejudica os trabalhadores/as. [Baixe no site do SINASEFE as apresentações utilizadas na oficina para explicar o tema](#)

Mesmo com a reivindicação que de retirada desse tipo de projeto, apresentada pelas entidades da campanha salarial unificada, o texto do relator demonstra que a intenção de aprovar o projeto permanece. Confira alguns trechos do relatório:

*“De nossa parte, entendemos que a redução dos gastos previdenciários é uma imposição a praticamente todas as Nações, inclusive as mais ricas. Isso porque o aumento da expectativa de vida e a desaceleração do crescimento demográfico são fenômenos universais que impõem a revisão, em maior ou menor prazo, dos modelos previdenciários vigentes. Ademais, não consideramos justa a enorme disparidade que hoje existe entre o regime geral de previdência social e o regime próprio dos ocupantes de cargos públicos.”*

*“Adianta-se que esse trabalho conclui pela aprovação do projeto, na forma de substitutivo, devido ao acolhimento de sugestões consubstanciadas em emendas, além da promoção de adequações consideradas imprescindíveis”. (Trechos do relatório do deputado Sílvio Costa apresentado ao PL 1992/2007, em 27/06/2011)*

Confira, [no site da Câmara](#), a íntegra do relatório e do voto, que propõe a aprovação, e o substitutivo do PL 1992/2007, [clique aqui para acessar](#)

## Ministro Fernando Haddad defende PRONATEC na Câmara

O ministro da Educação, Fernando Haddad, participou, nesta quarta-feira (29), de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec – PL 1209/11). Seu discurso no evento foi para convencer os deputados da necessidade de aprovação do projeto, que já tranca a pauta de votações da Câmara por causa da urgência pedida quando a proposta foi enviada.

De acordo com informações do site da Agência Câmara, o ministro disse que poderão ser destinados R\$ 2 bilhões na oferta de bolsas-formação para alunos do ensino profissionalizante até 2012. No entanto, esse investimento do governo não seria específico para a rede federal de educação profissional, e poderia ser repassado, por exemplo, sem necessidade de convênio ou contrato, ao sistema S. Quanto aos valores das bolsas e os critérios de distribuição dos benefícios, a informação é de ainda serão definidos pelo Executivo federal.

O Pronatec começou a tramitar na Câmara no dia 29 de abril, com o regime de urgência de 45 dias, por se tratar de matéria enviada pela presidente Dilma com essa solicitação, conforme prevê a Constituição Federal (Art. 64 §§1 e 2 ). Foi enviado às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania e tramita simultaneamente em todos esses colegiados. O trancamento da pauta começou no dia 14 de junho e, a princípio, enquanto a matéria não for votada só poderão ser votadas proposições que tenham prazo constitucional determinado.

[Confira a íntegra do Projeto de Lei 1209/2011 - Pronatec](#)

## Curtas

- O Encontro Regional Sul do SINASEFE será realizado no Hotel Manta, que fica na Rua General Neto, 1131, Centro, Pelotas-RS, fone do hotel: (53)32252411

\*\*\*\*\*

- Foi prorrogado nesta terça-feira (28), por mais cinco sessões, o prazo para a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o PL 8035/2010, do Plano Nacional de Educação (PNE), concluir seus trabalhos. O projeto recebeu 2.059 emendas, [clique e veja a tramitação no site da Câmara](#)

\*\*\*\*\*

## AGENDA DO SINASEFE

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
01 a 03 de julho	Encontro Regional Sul	Pelotas-RS
8 a 10 de julho	Encontro Regional Norte	Pimenta Bueno-RO
29 a 31 de julho	Encontro Regional Nordeste	Natal-RN
04 a 06 de agosto	Encontro Regional Centro-Oeste	Cuiabá-MT
11 a 13 de agosto*	Encontro Regional Sudeste	Vitoria-ES
05 de julho	Paralisação dos Servidores Públicos Federais	Todo País
14 e 15 de julho	GT Carreira do SINASEFE	Brasília-DF
16 de julho	101ª Plenária do SINASEFE	Brasília-DF
01 de agosto	Greve do SINASEFE	Todo País
26 a 28 de agosto	Encontro de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social	Aracaju-SE

**Responsáveis por este boletim:** Plantão DN: Ney Robson e Volmir Lima.

**Jornalista:** Monalisa Resende MTE-8938-DF

**Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE**

SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902

Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br) – [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)